



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE ABRIL DE 2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHC)

Ao sexto dia do mês abril de 2022, às nove horas e cinquenta minutos, na plataforma de vídeo *Google Meet*, teve início a reunião do mês de abril do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (COMPHC), presidida pelo Senhor Elpídio Nogueira Moreira, Secretário da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza. Às nove horas e trinta minutos foi feita a primeira chamada, mas não havia quórum para iniciar a sessão. A segunda verificação foi realizada às nove horas e cinquenta minutos, sendo constatada a existência de quórum. O Secretário da Cultura, Elpídio Nogueira, iniciou a reunião saudando a presença de todos, trazendo à tona as pautas propostas para o encontro: **1. Informes; 2. Aprovação de atas passadas; 3. Deliberação do parecer 076-2021 acerca da poligonal de entorno do Ideal Clube; 4. Deliberação do parecer 034-2022 acerca do projeto de restauro no Clube Náutico Atlético Cearense; 5. Chácara Salubre.** Elpídio Nogueira começou com os informes, falando sobre a aquisição de equipamentos culturais dos Maracatus de Fortaleza através de um convênio no qual foi celebrada a contratação de uma pessoa jurídica para aquisição de equipamentos, "os quais são": setenta cabos de microfone de baixa impedância, quatorze caixas de som ativa, quatorze caixas de som passiva, quatorze mesas de som, quatorze mesas de som oito canais, setenta microfones, quarenta e dois suportes para microfone girafa e quatorze notebooks, divididos para os quatorze grupos culturais do Maracatu. Informou que no dia vinte e cinco de março, em frente ao Estoril, foi feita a festa do Maracatu, evento que contou com várias pessoas. Outro evento informado foi a exposição Sinhá D'Amora que estava ocorrendo no Shopping Benfica. Também informou acerca da conclusão do restauro das pinturas do teatro São José e as esculturas da Beira Mar do Sérvulo de Esmeraldo que estão em processo de execução. Ademais, foi citada nos referidos informes a execução da peça de teatro "É Proibido Proibir" que ocorreu no mesmo dia seis de abril no teatro São José, o qual começou a retomada de suas atividades como casa de espetáculo. Para finalizar os referidos informes, foram aprovadas as atas de 17/06/2020,

21/07/2021 e 12/01/2022. Isto posto, considerou que, caso ninguém se manifestasse, as atas seriam consideradas aprovadas. Ninguém manifestou-se verbalmente em oposição à aprovação das atas, nestes termos, as três atas foram aprovadas. Em seguida, iniciou-se a pauta sobre a poligonal de entorno do Ideal Clube. Marina Fontenele - CPHC - afirmou que essa pauta, sobre a poligonal do Ideal Clube, foi trazida na reunião passada do Conselho, mas como houve muitos questionamentos por partes dos conselheiros, foi decidido, na época, adiar a deliberação para que se pudesse trazer um esclarecimento maior sobre os questionamentos que foram levantados. De acordo com ela, inicialmente essa demanda chegou para a Coordenação do Patrimônio Histórico-Cultural (CPHC) através da Procuradoria Geral do Município (PGM) na data de 10/11/2021 na qual foi solicitado a regularização da poligonal de entorno do Ideal Clube, então a partir de então a equipe técnica da CPHC, foi até o local para fazer a análise técnica do entorno Ideal Clube, partindo dos preceitos de visibilidade, ambiência e integração em prol da preservação do Bem tombado em definitivo. Então foi elaborado o parecer técnico 076/2021 que, de acordo com ela, foi encaminhado com antecedência para o email dos conselheiros. A primeira análise feita foi com relação à entrada oeste, que é uma das duas principais entradas do Ideal, que dá acesso ao salão nobre do clube, o qual é o principal, e é a única entrada que tem acesso recuado para os carros, com embarque e desembarque. afirmou que depois de analisada "foi identificado que a visibilidade e a ambiência dessa entrada pode ser comprometida", a depender da construção que se erga nesse entorno imediato que é justamente ainda existe um respiro entre os altos edifícios já consolidados nesse lado oeste, na rua Monsenhor Bruno. Segundo ela, este foi um dos principais questionamentos feitos pelos conselheiros na reunião anterior, "se essa parte já tem altos edifícios, o porquê de então trazer a poligonal para essa quadra?", citou ela. Assim, por meio de estudos dessa área, informou que foi constatado que a poligonal de entorno abrangendo essa área garantiria a preservação e a ambiência desta entrada. Apresentou que alguns quiosques da Beira Mar atrapalham a visibilidade do Ideal Clube, e que neste sentido estava sendo proposto que a poligonal de entorno avance a faixa da orla da praia para evitar que em algum



momento se perca essa visibilidade. Apresentou as visadas da Monsenhor Tabosa mostrando as antigas casas que existiam no local, mas foram demolidas. De acordo com ela, se essas casas ainda estivessem no local, provavelmente a poligonal as alcançariam. Falou também sobre o direito adquirido de construir de proprietários no entorno e a aprovação de alguns projetos. Clélia Lustosa - IHGAC - Pediu para ver a poligonal mais detalhada e solicitou explicações. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Abriu a votação para aprovação da deliberação da nova poligonal do entorno do Ideal Clube, e disse que caso não houvesse nenhuma manifestação contrária à poligonal, ela seria aprovada por unanimidade. Enquanto os conselheiros votavam pelo chat, foi informado que, em parceria com Marcelo Grott, seis banheiros da Beira Mar ganharam imagens. Júlia Jereissati - IAB - Parabenzou pelo estudo dessa nova poligonal, e afirmou que a poligonal deve ser de bom agrado, e aproveitou para perguntar para a assessoria jurídica (ASJUR) da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) como está o processo de andamento dos Casarão dos Gondim, pois conforme ela no dia 06/04/2022 fez 266 dias que o conselho não recebia nenhuma resposta. Apresentando foto que ela mesmo tirou em visita ao local e fez vários questionamentos sobre os usos do espaço. Diogo Loiola - ASJUR SECULTFOR - O processo do Casarão dos Gondim está na PGM, já foi enviada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e está sob análise da mesma, a sugestão do jurídico da SECULTFOR foi a punição máxima que a lei permite, junto com a indenização do que foi demolido. Júlia Jereissati - IAB - Perguntou sobre as autorizações para poder usar o espaço. Diogo Loiola - ASJUR SECULTFOR - afirmou que a SECULTFOR não deu essa autorização, mas se comprometeu a tentar saber quem deu e ver o que pode ser feito. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - indagou se acaso os proprietários sequer teriam alguma autorização, demonstrando que acreditava que eles não tinham autorização. Arão Andrade - PGM - Falou que conversou com a coordenadora do jurídico da SECULTFOR da época, e realmente o processo foi enviado para a PGM e concomitantemente foi enviado para o Ministério Público, e a conduta da PGM seria, possivelmente, uma ação de indenização contra os responsáveis da demolição não contra a autorização. Depois de conversas sobre a minuta do TAC



com a antiga coordenadora da ASJUR, o processo voltou para a SECULTFOR e perguntou a Diogo se o processo teria sido tramitado recentemente, se a minuta do TAC não vingou e se os proprietários estão de acordo. Diogo Loliola - ASJUR SECULTFOR - respondeu a Arão dizendo que a minuta foi enviada à PGM para ser aprovada e depois entrariam em contato com os proprietários. E até então o TAC ainda não havia sido encaminhado para o proprietário. Arão Andrade - PGM - Falou para a Júlia que a proteção do bem cultural não existe mais, segundo ele, pelo fato de o bem não mais existir, pois fora demolido. Júlia Jereissati - IAB - Discordou da fala de Arão dizendo que o tombamento continua, ressaltou que esse debate já ocorreu e reafirmou que mesmo com a demolição indevida o tombamento continua. Cândido Henrique - IPHAN - Citou o caso que aconteceu em Acopiara onde a estação ferroviária foi completamente demolida, um patrimônio da União. O que aconteceu, foi tramitado no meio jurídico, mas umas das ações conversadas foi a reconstrução do bem, mesmo que fosse um falso histórico. Foi feita toda a reconstrução da estação ferroviária "tal e qual" era a edificação antes. Clélia Lustosa - IHGAC - Perguntou se a poligonal do Ideal Clube já havia sido votada. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Respondeu a pergunta de Clélia dizendo que sim. Arão Andrade - PGM - Esclareceu seu posicionamento, e disse que a questão, se vai haver um pedido de indenização ou de reconstrução, isso não está na esfera de ação da PGM. A procuradoria vai executar uma decisão da Secretaria de Cultura ou do COMPHIC. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Conversou com Diego Zaranza para alinhar uma reunião com a PGM, mas adiantou que foi conversado internamente uma indenização para ser utilizado nos outros bens tombados, e concordou com a solicitação de Júlia Jereissati e a convidou para essa reunião. Dando andamento à agenda, foi apresentado o parecer técnico 034/2022 com relação ao projeto de restauro do Clube Náutico, sendo esse projeto aprovado previamente e só necessitando da deliberação dos conselheiros. Clélia Lustosa - IHGAC - Questionou se já havia tido aprovação e se não houve nenhuma reflexão, discussão ou questionamentos que tinham sido levantadas por outros conselheiros e disse não ter conseguido localizar o projeto de restauro do Náutico em seus documentos, mas depois de o secretário Elpídio Nogueira ter afirmado que o projeto



foi enviado, Clélia afirmou que iria buscar em seus arquivos o projeto. Cândido Henrique - IPHAN - Fez uma pequena consideração sobre um possível tombamento federal do Náutico, então solicitou ao atual presidente do clube o projeto de restauro, que considerou muito bom, e que por parte do IPHAN estão totalmente de acordo. Clélia Lustosa - IHGAC - Indagou se tinha a possibilidade da retirada de um quiosque em frente ao Náutico e alguns elementos da paisagem.

Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Afirmou que caso o projeto fosse aprovado haveria um reestudo da retirada de alguns itens da paisagem e que essa ideia iria ao encontro do projeto.

Clélia Lustosa - IHGAC - Mencionou também elementos da Beira Mar para serem repensados.

Júlia Jereissati - IAB - Pediu para adiar a deliberação do projeto de restauro do Náutico para que os conselheiros pudessem estudar e se aprofundar mais no projeto, tendo em vista que é um plano que vai mexer com a cidade.

Clélia Lustosa - IHGAC - Não havia encontrado os arquivos das pranchas do projeto, e pediu para que se fosse reenviado para ela os arquivos.

Alexandre Pereira SETFOR, Cândido Henrique - IPHAN, Camila Girão - SEUMA, Arão Andrade - PGM, Maria do Socorro SETUR/CE votaram a favor.

Davi Aguiar do Rego SECULT/CE, Júlia Jereissati - IAB, Francisco José Gomes Damasceno - ANPUH, Clélia Lustosa - IHGAC e Gutemberg Pereira - OAB/CE votaram para adiar.

Euler Muniz - Unifor não votou.

Elpídio Nogueira - SECULTFOR, como voto de desempate do presidente, votou a favor.

Pela maioria dos votos, ocorreu a votação para a deliberação do projeto.

Iniciou-se em seguida a votação para deliberação do parecer técnico PT-CEPAM 034-2022.

Com cinco votos a favor e cinco abstenções, o parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros. Portanto o projeto de restauro do Náutico foi aprovado.

Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Iniciou a última pauta da reunião sobre a Chácara Salubre e deu a voz para Miraci Ferreira, herdeira do imóvel. Marina Fontenele -



CPHC - Adiantou que a intenção da apresentação da Chácara Salubre é que um grupo dos conselheiros possa ir até o local para verem a situação do local. Miraci Ferreira - Chácara Salubre - Reproduziu uma fala da conselheira Júlia Jereissati, questionando se vão continuar produzindo defuntos ou vão continuar desacreditando que são capazes de proteger o patrimônio público, e agradeceu permissão dada pelo secretário para poder falar nessa reunião. Continua sua fala afirmando que os conselheiros, como conhecedores da história, devem saber sobre a história das famílias donas de sítios empobreceram. Ela informou que em janeiro de dois mil e vinte as duas proprietárias da Chácara morreram, uma delas tinha onze filhos que viviam sob sua tutela, alguns desses filhos se encontram na mais absoluta pobreza, tendo em vista todos os fatores. Os herdeiros decidiram vender a chácara, sendo essa a última opção financeira da família para que essas pessoas pudessem ter uma "dignidade de vida na velhice". Afirmou que estavam com a venda da chácara praticamente fechada com a Ida Engenharia, avaliada em dois milhões de reais, mas quando a empresa foi se informar se havia alguma restrição sobre o patrimônio, foi descoberto um pedido de avaliação do valor histórico do imóvel, datado de 2013. Afirmou que no dia seis de janeiro até o dia vinte de janeiro a SECULTFOR esteve presente e decidiu iniciar um processo de tombamento que acabou por barrar a venda, visto que, de acordo com ela, ninguém vai comprar um imóvel em processo de tombamento. A família fez a contestação de não ter capacidade financeira de manter o patrimônio e pediu para transformar o processo de tombamento em processo de desapropriação, pois os herdeiros teriam o ressarcimento financeiro de uma área de quase cinco mil metros quadrados, em uma localização privilegiada da Mister Hull. Apesar de todos os questionamentos e solicitações, afirmou que não teve a resolução da questão, o processo ficou parado, mesmo com os esforços de Diego Zaranza, a quem ela agradeceu. No período de isolamento social do Covid-19 a família entrou em contato com Diego Zaranza e que por meio dele obteve uma explicação que não adiantava insistir naquele momento com a reivindicação de desapropriação visto que todos os recursos da prefeitura estavam sendo destinados à saúde devido a questão sanitária. Após a fase mais grave do contágio pela Covid-19, e com a reestruturação das equipes da prefeitura,



ela acreditou que essa preocupação fosse resolvida administrativamente. Afirmou que foi insistido para que o processo de tombamento tivesse continuidade, mas não obteve sucesso. Nesse mesmo período, afirmou Miraci Ferreira, que sua mãe foi acometida de doença e por isso foi à secretaria em busca de uma antecipação de tutela que corresponderia a dois por cento do valor do imóvel, mas não obteve resposta. Deixou claro que em nenhum momento foi questionada a avaliação dos especialistas do patrimônio histórico, pois, de acordo com ela, se tem ciência da história da família e da sua importância para o bairro Antônio Bezerra, é o último casarão da área. Reforçou que não obteve resposta. O processo então foi encaminhado para o gabinete do prefeito e se encontra sem nenhuma manifestação jurídica. Afirmou que o secretário Elpídio Nogueira fez uma visita ao local e viu o estado de pobreza em que a família se encontra. Relatou que verificou dentre os projetos do Plano Fortaleza 2040 existem pelo menos uns seis que caberiam no local. Por fim apresentou a situação econômica e de saúde da família e solicitou que se desistisse do tombamento para que a família pudesse vender o imóvel.

Elpídio Nogueira- SECULTFOR - Relatou que na visita feita ao local, viu a situação em que dois dos irmãos de Miracy se encontram, por isso teve se a ideia que o conselho fizesse uma comissão para ir e verificar as condições do local com a finalidade de tomar uma decisão sobre o local. Júlia Jereissati - IAB - Falou que, com as palavras de Miracy, se pode sentir melhor o que está acontecendo, e sentiu muito a atual condição da família, mas também sente que Fortaleza pouco se importou com essa situação. Jereissati adiciona, que é uma edificação extremamente importante devido a sua grande relevância, um dos únicos colônias da cidade. Reforçou os questionamentos sobre os esforços de preservação do patrimônio da cidade. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Falou que está tentando fazer alguma coisa após ver a situação em que a família de Miracy se encontra, mas disse não ter condições de tomar as decisões sozinho e por isso que existe um Conselho. Cândido Henrique - IPHAN - Deixou sua solidariedade à família da Miracy e que o depoimento dela deve ter deixado todos os conselheiros comovidos e lamentou a situação de diversas formas, do ser humano, mas também a situação em que o imóvel se encontra. E se disponibilizou para visitar a edificação. Falou



sobre o Fundurb e questionou sobre a possibilidade de uso desse recurso para ajudar na situação. Miracy Ferreira - Chácara Salubre - Ratificou que tudo que foi falado por ela está dentro do processo. Francisco Damasceno - ANPUH - Se solidarizou com Miracy, visto que é difícil chegar a velhice e encontrar uma situação de desconforto, seja de qualquer nível, e concordou com o superintendente do IPHAN, e que a questão não é apenas em relação ao tombamento e sim a uma intenção política para fazer a incorporação do bem pela Prefeitura de Fortaleza ou pelo Governo do Estado, e se colocou à disposição para fazer parte dessa comissão e convocou a todos para se movimentarem para atacar essa situação. Júlia Jereissati - IAB - Pediu para que as cópias do processo fossem enviadas a todos os conselheiros, para que pudesse ser avaliado e se colocou à disposição para fazer parte da comissão. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Abriu para que os conselheiros com interesse, se colocassem à disposição para fazer a visita à chácara Salubre. Cândido Henrique - IPHAN, Júlia Jereissati - IAB, Francisco Damasceno - ANPUH, se voluntariaram para ir, e então a reunião foi marcada para o dia doze de abril de dois mil e vinte dois. Elpídio Nogueira - SECULTFOR - Agradeceu a todos os conselheiros pelo apoio, pela presença na reunião e finalizou a mesma. Estiveram presentes na reunião Elpídio Nogueira Moreira (SECULTFOR), Euler Sobreira Muniz (UNIFOR), Carla Camila Girão de Albuquerque (SEUMA), Cândido Henrique (IPHAN), Júlia Jereissati (IAB), Francisco José Gomes Damasceno (ANPUH), Maria Clélia Lustosa (IHGAC), Alexandre Pereira (SETFOR), Arão Andrade - (PGM), Maria do Socorro (SETUR/CE), Davi Aguiar do Rego (SECULT/CE) e Gutemberg Pereira - (OAB/CE) Diego Zaranza (SECULTFOR).





Fortaleza

PREFEITURA

Cultura

Nada mais havendo a tratar, Eu, André Lucas Castelo Branco Teixeira, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza.

André Lucas Castelo Branco Teixeira

Articulador do Patrimônio Histórico-Cultural

Aos cuidados,

Elpidio Nogueira Moreira

Presidente do COMPHIC e Secretário Municipal da Cultura de Fortaleza



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número RZ3VGFKD

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 1448660 e código RZ3VGFKD

ASSINADO POR: